Araucária Nitrogenados S.A. – (“ANSA”)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025

INTERNA

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Araucária Nitrogenados S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Araucária Nitrogenados S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araucária Nitrogenados S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Hibernação da planta industrial e aprovação para o retorno operacional

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 1, chamamos a atenção para o fato que a Companhia, a qual faz parte de um grupo econômico, iniciou o processo de hibernação da sua planta industrial no início de 2020 e teve o retorno operacional da Companhia aprovado pela diretoria executiva da Petrobras em 06 de junho de 2024, seguindo o plano de negócios de sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, que inclui a obtenção de suporte financeiro, quando necessário. Neste sentido, até 31 de dezembro de 2025 foram

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

aportados R$ 670.000 mil para atender as obrigações financeiras decorrentes da hibernação e R$ 1.150.000 mil para atender as obrigações financeiras decorrentes de atividades para retorno das operações. Em 08 de outubro de 2025, ocorreu um incêndio em equipamento na planta industrial da Companhia ocasionando atraso na retomada das atividades operacionais. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	85.907	59
Contas a receber, líquidas	7	228	-
Contas a receber - FIDC	7.4	-	42.877
Estoques	8	62.373	8.191
Impostos e contribuições	12.2	13.533	-
Tributos sobre o lucro	12.1	4.272	-
Outros ativos		13.104	3
Ativo circulante		**179.417**	**51.130**
Depósitos judiciais	20.2	3.515	8.789
Tributos sobre o lucro	12.1	-	10.700
Tributos diferidos sobre o lucro	12.1	-	64.135
Impostos e contribuições	12.2	286.185	250.724
Outros ativos		24	-
Ativo realizável a longo prazo		**289.724**	**334.348**
Imobilizado	9.1	1.041.571	194.583
Ativo não circulante		**1.331.295**	**528.931**
Total do Ativo		**1.510.712**	**580.061**

Passivo	Notas	2025	2024
Fornecedores	10	164.409	11.009
Impostos e contribuições	12.2	3.326	692
Retenções contratuais	13	28.788	219
Benefícios a empregados	14	12.172	6.249
Outros passivos		1.950	263
Passivo circulante		**210.645**	**18.432**
Tributos diferidos sobre o lucro	12.1	1.066	-
Provisão para processos judiciais e administrativos	20.1	9.566	2.942
Retenções contratuais	13	400	342
Passivo não circulante		**11.032**	**3.284**
Passivo circulante e não circulante		**221.677**	**21.716**
Capital social realizado		1.786.512	636.512
Outros resultados abrangentes		(64.895)	(64.895)
Prejuízos acumulados		(432.582)	(13.272)
Patrimônio líquido	15	**1.289.035**	**558.345**
Total do Passivo		**1.510.712**	**580.061**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERNA

Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita de prestação de serviços	16	1.845	-
Custo dos serviços prestados	17.1	(605)	-
Lucro bruto		1.240	-
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	17.2	(13.216)	(681)
Tributárias		(1.913)	(663)
Reversão no valor de recuperação de ativos - Impairment	8.1 e 9.1	32.220	200.798
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais	12.2	3.029	196.978
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(401.009)	(72.667)
		(380.889)	323.765
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		(379.649)	323.765
Resultado financeiro líquido	19	25.540	14.574
Receitas financeiras		22.225	9.860
Despesas financeiras		(242)	(8)
Variações monetárias, líquidas		3.557	4.722
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		(354.109)	338.339
Tributos sobre o lucro	12.1	(65.201)	64.135
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(419.310)**	**402.474**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R$)	15.3	(0,362)	0,165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERNA

Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(419.310)	402.474
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(419.310)**	**402.474**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERNA

Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**2.461.721**	**(64.895)**	**(2.240.955)**	**155.871**
Lucro líquido do exercício	-	-	402.474	402.474
Redução de capital	(1.825.209)	-	1.825.209	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**636.512**	**(64.895)**	**(13.272)**	**558.345**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**636.512**	**(64.895)**	**(13.272)**	**558.345**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(419.310)	(419.310)
Aumento de capital	1.150.000	-	-	1.150.000
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.786.512**	**(64.895)**	**(432.582)**	**1.289.035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERNA

Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(419.310)	402.474
Ajustes para:			
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	19	(15.978)	(7.947)
Tributos diferidos sobre o lucro	12.1	65.201	(64.135)
Depreciação	9.1	20.172	13.876
Baixas de materiais inservíveis		2.655	1.761
Baixa de ativo imobilizado	9.1	278	142
Reversão no valor de recuperação de ativos - impairment	8 e 9.1	(32.220)	(200.798)
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais	12.2.1	(3.029)	(196.978)
Baixa de créditos fiscais		758	-
Provisão (reversão) perdas de crédito esperadas		(251)	588
Variações monetárias e encargos financeiros não realizados		(5.466)	(5.180)
Provisão para gastos com compartilhamento de custos e despesas - CCCD		-	6.631
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos		6.624	2.025
Provisão de abono a empregados		6.466	2.130
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber		23	(588)
Estoques		(24.617)	(1.831)
Impostos e contribuições		(32.181)	1.535
Depósitos judiciais		4.942	(3.369)
Outros ativos		(13.125)	(3)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		153.400	(2.455)
Retenções contratuais		28.569	-
Benefícios a empregados		(543)	4.119
Outros passivos		2.063	(422)
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais		(255.569)	(48.425)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativos imobilizados		(867.438)	(7.803)
Resgates em recebíveis de ativos financeiros (i)		58.855	56.045
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos		(808.583)	48.242
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	15.1	1.150.000	-
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamentos		1.150.000	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		85.848	(183)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		59	242
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**85.907**	**59**

(i) Valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP, conforme nota explicativa 7.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERNA

Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Receitas		
Prestação de Serviços	2.310	-
Reversão (perdas) de crédito esperadas	251	(588)
Outras receitas	6.331	16
Receitas relativas à construção de ativos para uso	857.287	7.803
	866.179	7.231
Insumos adquiridos de terceiros		
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais e imobilizado	35.249	397.776
Materiais	(200.417)	(2.339)
Energia, serviços de terceiros e outros	(923.349)	(22.358)
Outras despesas	(23.240)	(14.197)
	(1.111.757)	358.882
Valor adicionado (consumido) bruto	(245.578)	366.113
Depreciação e amortização	(20.172)	(13.876)
Valor adicionado líquido (consumido) produzido pela Companhia	(265.750)	352.237
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações monetárias	25.782	14.582
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	**(239.968)**	**366.819**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	75.425	18.956
Abono a empregados	6.466	2.130
Vantagens	3.548	1.350
	85.439	22.436
FGTS	4.303	1.139
	89.742	23.575
Tributos		
Federais (i)	80.672	(59.238)
Estaduais	277	-
Municipais	295	-
	81.244	(59.238)
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	242	8
Despesas de aluguéis	8.114	-
	8.356	8
Acionistas		
Lucros (prejuízos) retidos	(419.310)	402.474
	(419.310)	402.474
Valor adicionado (consumido) total distribuído	**(239.968)**	**366.819**

(i) inclui valores de tributos sobre o lucro diferidos, conforme nota explicativa 12.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERNA

1. A Companhia e suas operações

A Araucária Nitrogenados S.A. "ANSA" ou "Companhia" é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. A Companhia está localizada na cidade de Araucária, no Estado do Paraná, e suas atividades principais, conforme Estatuto Social, são a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos.

Desde a aquisição da Companhia pela controladora Petrobras, em 01 de junho de 2013, foram enfrentados diversos desafios operacionais, ocasionados pelas paradas programadas e, principalmente, pelas não programadas para realizar reparos na caldeira geradora de vapor da planta de fertilizantes e ocorreram sucessivas perdas por *impairment* dos ativos operacionais, culminando na hibernação da planta industrial no início de 2020. Ao longo do período de hibernação, que se estendeu até junho de 2024, foram realizados aportes de R$ 670.000 pela controladora Petrobras, com o objetivo de atender as obrigações financeiras da Companhia, bem como realizar serviços de manutenção visando a preservação da planta industrial.

Nos exercícios de 2020 a 2022, a Petrobras realizou ações visando o desinvestimento da totalidade de sua participação na Companhia, em linha com o seu planejamento estratégico da época. Em 19 de dezembro de 2022 a Petrobras informou ao mercado o encerramento do processo competitivo de alienação dessa participação, que estava na fase vinculante.

1.1. Planta hibernada

O Conselho de Administração da controladora Petrobras, autorizou, em 29 de janeiro de 2020, o aporte de capital na Companhia no montante de até R$ 859.000. Até 31 de dezembro de 2024, foram realizados aportes de R$ 670.000, com o objetivo de atender as obrigações financeiras decorrentes da hibernação.

1.2. Retomada das operações

Em linha com PE 2024-2028+ da Petrobras, comunicado ao mercado em 23 de novembro de 2023, que abordou o retorno ao segmento de fertilizantes, em 06 de junho de 2024 a Diretoria Executiva da Petrobras aprovou o retorno operacional da Companhia, incluindo a contratação de serviços de manutenção e materiais críticos necessários à retomada, a contratação de ex-empregados das funções consideradas imprescindíveis para a operação, mediante acordo homologado no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e autorização de aportes de capital da Petrobras na ANSA, no valor total de até R$ 1.200.000.

A ANSA encerrou o exercício de 2025 com um quadro de 208 empregados. Em 2025, foram recebidos aportes financeiros no valor total de R$ 1.150.000, do montante autorizado de R$ 1.200.000. Esses recursos foram destinados ao atendimento das obrigações financeiras relacionadas às atividades de retomada das operações.

O modelo de negócios aprovado pela Diretoria Executiva da Petrobras para a retomada das operações da ANSA é de industrialização por encomenda. De acordo com o contrato assinado entre Petrobras e a Companhia, a ANSA, proprietária da planta, realizará a industrialização do Resíduo Asfáltico (RASF), matéria-prima do processo de produção de amônia e ureia, para a Petrobras. A Petrobras manterá propriedade do RASF até o recebimento final da amônia e ureia (não há compra e venda), cabendo à ANSA arcar com os custos do processo industrial. A Petrobras, contratante da industrialização por encomenda, pagará uma tarifa de processamento e se encarregará da colocação dos produtos no mercado.

Os processos de partida e comissionamento das unidades de produção da Companhia tiveram início no segundo trimestre de 2025, no setor de utilidades. Foram iniciadas a operação da estação de tratamento de efluentes (ETDI) em abril, do sistema de torre de resfriamento, ar de serviço e "*flare*" em maio e da caldeira para produção de vapor em junho. Ainda em junho a Companhia iniciou os testes de produção do ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo). Em agosto de 2025, ocorreram os primeiros faturamentos de serviços de industrialização.

Em Assembleia Geral de 28 de setembro de 2025 da Companhia, a Petrobras aprovou a celebração de Contrato de Industrialização sob Encomenda entre Petrobras e ANSA, no valor total de R$ 3.834.637, pelo prazo de 1.095 dias, podendo ser prorrogado por até mais 730 dias.

INTERNA

Em 08 de outubro de 2025, ocorreu um incêndio no compressor de oxigênio da ANSA. Como consequência, o processo de partida das unidades foi interrompido, com previsão de reparo e recomposição do compressor estimada em até 120 dias. A unidade de produção de ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo) não foi afetada, permanecendo sua operação normal.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, apresentou capital circulante líquido negativo motivado pelo avanço das ações para retomada das atividades operacionais que determinou na elevação do volume de obrigações relacionados aos serviços e materiais contratados. A controladora dá os suportes financeiros sempre que necessários. Em 15 janeiro de 2026, a Controladora Petrobras realizou novo adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R$ 50.000 (vide nota explicativa 22).

A Companhia segue o plano de negócios da Controladora na condução de seus negócios. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A companhia realizou algumas alterações na apresentação das demonstrações financeiras do exercício atual e anterior para aprimorar o entendimento da sua posição financeira e patrimonial, conforme a seguir:

- Mudança na nomenclatura da rubrica de imposto de renda e contribuição social, inclusive a do diferido, para tributos sobre o lucro e tributos diferidos sobre o lucro.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 4 de março de 2026, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

INTERNA

4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes; e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da Companhia ao longo do próximo exercício social.

4.1. Ajuste ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

4.1.1. Principais fontes de incerteza de estimativas

As projeções relacionadas às premissas-chave derivam do plano de negócios e gestão para os primeiros cinco anos, e são consistentes com o plano estratégico para os anos subsequentes. Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas.

As principais premissas-chave são:

a) Preços de Insumos como Gás Natural, Energia Elétrica e Óleo Combustível;

b) Preço de prestação de serviços (tarifa de tolling); e

c) CAPEX e Gastos Fixos: Pessoal, Materiais e Serviços.

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização (ou reversões de perda).

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de *impairment*.

O valor recuperável de determinados ativos pode não exceder substancialmente seus valores contábeis e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas por desvalorização sejam reconhecidas nestes ativos nos próximos anos devido à observação de uma realidade distinta em relação às premissas assumidas.

4.1.2. Definição das unidades geradoras de caixa (UGC) para testes de *impairment*

Uma UGC representa um menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Esta definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. O nível de desagregação de ativos em UGCs pode chegar até o limite dos ativos serem testados individualmente.

Alterações nas UGCs em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs, podendo influenciar na sua capacidade de gerar caixa e ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de tais ativos.

No caso específico da Companhia, há apenas uma UGC identificada como "ANSA", a qual é incluída na "UGC Unidades de Fertilizantes Nitrogenados".

4.2. Fontes de incertezas em provisões para processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

INTERNA

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 20.

4.3. Fontes de incertezas nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros

Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A nota explicativa 7.3 apresenta detalhamentos sobre os valores de PCE reconhecidos pela Companhia.

4.4. Fontes de incertezas na recuperabilidade de créditos tributários

A Administração realiza, no mínimo, anualmente, teste de recuperabilidade sobre os créditos tributários oriundos das operações da Companhia. Esses testes têm como premissa os fluxos de caixa projetados futuros e legislação fiscal vigente no momento de sua realização, que visam demonstrar se a Companhia terá capacidade, por meio de suas atividades operacionais, de recuperação de tais créditos.

Uma provisão é constituída quando se observa que os valores registrados estão acima dos seus respectivos valores recuperáveis. Mais informações sobre essas provisões podem ser observadas na nota explicativa 12.2.

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2025 são:

INTERNA

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Annual Improvements – Volume 11	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); divulgação de ganho ou perda no desreconhecimento de ativos, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um 'agente de fato' (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas.
Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7	De forma geral, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos. Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
Contracts Referencing Nature-dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos own-use; permissão da utilização da contabilização de hedge se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.

INTERNA

IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração dos fluxos de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures Amendments to IFRS 19	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) em suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards).	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas.
Translation to a Hyperinflationary Presentation Currency - Amendments to IAS 21	As emendas estabeleceram alterações nas IAS 21 e IAS 29 para especificar os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária. As alterações aplicam-se quando a entidade converte para tal moeda de apresentação: (a) seus resultados e balanço patrimonial, e a moeda funcional da entidade é a de uma economia não hiperinflacionária; e/ou (b) os resultados e o balanço patrimonial de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.

Em relação ao normativo em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2025 bem como as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) equivalentes, quando aplicável:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS Accounting Standards equivalente	Data de vigência e disposição transitória
Pronunciamento Técnico CPC51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements	1º de janeiro de 2027
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51	IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements (Appendix D)	1º de janeiro de 2027

INTERNA

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados na nota explicativa 5.1.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos	685	59
Aplicações financeiras de curto prazo		
- Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	85.222	-
Total	**85.907**	**59**

Até setembro de 2025, os recursos financeiros disponíveis da companhia eram, totalmente, aplicados em cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 7.4). Contudo, com a edição do Decreto nº 12.499 de 11 de junho de 2025, que afetou as novas aplicações em cotas do FIDC, a Administração reavaliou a política de gestão de caixa.

A partir de setembro de 2025, os novos aportes recebidos, a companhia destinou os recursos financeiros disponíveis para aplicações financeiras que possuem prazos de vencimento de até três meses, contados a partir da data de sua aquisição. Essas aplicações ocorrem em fundos de investimentos, que direcionam para títulos públicos federais brasileiros e operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas).

O aumento deve-se aos aportes recebidos da controladora, cujos recursos serão utilizados para a retomada da operação, conforme nota explicativa 1.2.

Prática contábil

Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2025	31.12.2024
Terceiros		
Recebíveis de contratos com clientes	4.680	4.703
Total do contas a receber	**4.680**	**4.703**
Perdas de crédito esperadas - PCE	(4.452)	(4.703)
Total do contas a receber, líquidas	**228**	**-**
Circulante	228	-

INTERNA

7.2. Aging do Contas a receber – Terceiros

	31.12.2025		31.12.2024	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	228	-	-	-
Vencidos:				
Acima de 12 meses	4.452	(4.452)	4.703	(4.703)
Total	**4.680**	**(4.452)**	**4.703**	**(4.703)**

7.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo inicial	(4.703)	(4.115)
Adições	(44)	(588)
Reversão	295	-
Total	**(4.452)**	**(4.703)**
Circulante	(4.452)	(4.703)

7.4. Contas a receber - FIDC

	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	-	42.877
Total	**-**	**42.877**

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis” considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

A redução deve-se a utilização total do fundo com o processo de retomada das atividades operacionais da Companhia.

Prática contábil

As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

INTERNA

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuírem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

8. Estoques

	31.12.2025	31.12.2024
Ureia	2	2
Arla	17	17
Outros	286	403
(-) Ajuste a valor realizável líquido (i)	(26)	(422)
Total dos produtos	279	-
Materiais e suprimentos (ii) e (iii)	113.794	92.111
(-) Provisão para baixa provisória de materiais	(51.700)	(83.920)
Total dos materiais e insumos	62.094	8.191
Total	**62.373**	**8.191**

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou os seus estoques de produtos e reverteu a maior parte da provisão para perdas na realização de estoque de produtos acabados, uma vez que ainda é possível a comercialização/utilização no estado em que se encontram tais produtos acabados.

(ii) Os materiais e suprimentos existentes no almoxarifado da Companhia são aplicados nas atividades de conservação e manutenção da planta de fertilizantes. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou a utilização dos estoques que estavam com provisão para perdas e, após análise, reverteu R$ 32.220 da provisão, montante que se refere a materiais antigos que foram consumidos. Os estoques de materiais e suprimentos se encontram líquidos da provisão constituída para perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido.

(iii) O acréscimo dos estoques de materiais e suprimentos, deve-se à aquisição de itens para a retomada das atividades operacionais da Companhia (vide nota explicativa 1.2).

INTERNA

Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao seu valor contábil.

Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da Companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda, levando em consideração a finalidade para o qual o estoque é mantido.

9. Imobilizado

9.1. Por tipo de ativos

	Terrenos, Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**17.756**	**159.394**	**17.433**	**194.583**
Custo acumulado	65.851	1.539.762	17.433	1.623.046
Depreciação acumulada	(48.095)	(1.380.368)	-	(1.428.463)
Adições (i)	-	9.929	857.509	867.438
Baixas	-	(56)	(222)	(278)
Depreciação	(654)	(19.518)	-	(20.172)
Saldos em 31 dezembro de 2025	**17.102**	**149.749**	**874.720**	**1.041.571**
Custo acumulado	65.851	1.549.635	874.720	2.490.206
Depreciação acumulada	(48.749)	(1.399.886)	-	(1.448.635)

	Terrenos, Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Custo acumulado	65.851	1.539.781	9.772	1.615.404
Depreciação e impairment acumulados	(65.851)	(1.539.781)	(9.772)	(1.615.404)
Reversão do impairment	18.085	172.941	9.772	200.798
Adições	-	-	7.803	7.803
Baixas	-	-	(142)	(142)
Depreciação	(329)	(13.547)	-	(13.876)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**17.756**	**159.394**	**17.433**	**194.583**
Custo	65.851	1.539.762	17.433	1.623.046
Depreciação acumulada	(48.095)	(1.380.368)	-	(1.428.463)

(i) O incremento nas adições, deve-se ao processo de modernização da planta industrial, para a retomada das atividades operacionais da Companhia (vide nota explicativa 1.2).

9.2. Tempo de vida útil estimada

Os tempos de vida útil dos ativos depreciados pelo método linear são demonstrados a seguir:

INTERNA

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos
Edificações e benfeitorias	45 - (entre 25 e 50)
Equipamentos e outros bens	22 - (entre 5 e 30)

A abertura por tempo de vida útil estimada das edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens é a seguinte:

	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens		
Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31.12.2025
Até 5 anos	161.518	(160.522)	996
6 - 10 anos	154.585	(152.023)	2.562
11 - 15 anos	658.752	(658.671)	81
16 - 20 anos	287.644	(269.223)	18.421
21 - 25 anos	296.792	(169.403)	127.389
26 - 30 anos	7.005	(3.445)	3.560
30 anos em diante	47.458	(35.348)	12.110
Total	**1.613.754**	**(1.448.635)**	**165.119**
Edificações e benfeitorias	64.119	(48.749)	15.370
Equipamentos e outros bens	1.549.635	(1.399.886)	149.749

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e os sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os ativos são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas e revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

9.3. Redução ao valor recuperável dos ativos - *Impairment*

A Companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente ou quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas por *impairment* reconhecidas em exercícios anteriores.

INTERNA

Em 30 de junho de 2024, observada a decisão da aprovação do retorno das atividades operacionais da Companhia (vide nota explicativa 1.2), foram realizados testes de recuperabilidade do ativo imobilizado. Esses testes determinaram reversão da provisão de desvalorização dos ativos, no montante de R$ 200.798. As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da ANSA, para fins de teste de recuperabilidade, consideraram a previsão do reinício da operação para o segundo semestre de 2025 e a taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7,70% a.a.

Em 30 de setembro de 2025, foi identificado indicativo de perdas em função do acidente no compressor de oxigênio da planta industrial. Foi realizado o teste de recuperabilidade do ativo, cujas estimativas de projeção do fluxo de caixa consideraram os gastos incrementais para reparo da unidade, o adiamento do início das atividades para o primeiro trimestre de 2026 e a taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7,90% a.a. Como resultado, o valor recuperável apresentou-se superior ao valor contábil e, portanto, não houve reconhecimento de perdas.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025 não houve indicativo de perdas. Em 2024, também não houve indicativo de perdas.

Prática contábil

A ANSA avalia a recuperabilidade dos ativos quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas por *impairment* reconhecidas em exercícios anteriores.

Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC). A nota explicativa 4.1 apresenta informações detalhadas sobre as UGCs.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil do ativo ou UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, regularmente o valor recuperável utilizado na realização do teste de recuperabilidade é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos.

10. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Terceiros no país	65.079	2.804
Partes relacionadas (nota explicativa 11)	99.330	8.205
Total	**164.409**	**11.009**

O aumento em fornecedores deve-se ao processo de retomada das atividades operacionais da Companhia, que estava hibernada desde 2020 (nota explicativa 1.2). Os principais serviços contratados são: conservação e reparo de equipamentos, manutenção predial e materiais e suprimentos. O prazo médio de pagamento aos fornecedores é de 30 dias.

11. Partes relacionadas

A Companhia segue a política com partes relacionadas do Sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

INTERNA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos eram os seguintes:

11.1. Transações comerciais e outras operações

					31.12.2025	31.12.2024
	Petrobras	FIDC-NP	Petronect	Termomacaé	Total	Total
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber - FIDC	-	-	-	-	-	42.877
Outros ativos						
Adiantamento a fornecedores	11.891	-	-	-	11.891	-
Total	**11.891**	**-**	**-**	**-**	**11.891**	**42.877**
Circulante	**11.891**	**-**	**-**	**-**	**11.891**	**42.877**
Passivo						
Circulante						
Fornecedores						
Compartilhamento de custos e despesas e pessoal cedido	4.880	-	-	51	4.931	8.104
Ressarcimentos de gastos	41.649	-	-	-	41.649	-
Materiais, insumos e outros	52.741	-	-	-	52.741	-
Prestação de Serviços	-	-	9	-	9	101
Total	**99.270**	**-**	**9**	**51**	**99.330**	**8.205**
Circulante	**99.270**	**-**	**9**	**51**	**99.330**	**8.205**
Resultado						
Despesas operacionais						
Compartilhamento de custos e despesas e pessoal cedido	(19.261)	-	-	(643)	(19.904)	(8.931)
Ressarcimentos de gastos	(41.649)	-	-	-	(41.649)	-
Prestação de Serviços	-	-	(1.157)	-	(1.157)	(517)
Materiais, insumos e outros	(101.112)	-	-	-	(101.112)	-
Resultado financeiro						
Receitas financeiras, líquidas	-	15.978	-	-	15.978	7.947
Total	**(162.022)**	**15.978**	**(1.157)**	**(643)**	**(147.844)**	**(1.501)**

11.2. Remuneração dos membros chave da Administração e empregados

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da ANSA, bem como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações mensais de empregados da ANSA, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios de 2025 e 2024 foram as seguintes:

		(Em reais)
Remuneração do empregado	**2025**	**2024**
Menor remuneração	6.639	6.639
Remuneração média	12.875	9.820
Maior remuneração	28.389	23.389

INTERNA

As remunerações anuais da Diretoria Executiva da ANSA, incluindo a remuneração variável, relativas aos exercícios de 2025 e 2024 foram as seguintes:

		(Em reais)
Remuneração do dirigente (inclui remuneração variável)	**2025**	**2024**
Menor remuneração	50.115	65.856
Remuneração média	65.711	86.871
Maior remuneração	87.841	101.954

Na tabela abaixo são apresentados os benefícios oferecidos aos empregados, nos exercícios de 2025 e 2024:

Benefícios aos empregados	**2025**	**2024**
Assistências médica e odontológica	1.959	768
Auxílios alimentação e refeição	5.373	960
Auxílio creche	1.480	28
Outros	66	-
Total	**8.878**	**1.756**

Adicionalmente, na tabela abaixo são apresentados alguns indicadores do corpo funcional da Companhia:

	2025	**2024**
Número de empregados(as) ao final do exercício	208	210
Número de admissões durante o exercício	-	215
Número de demissões durante o exercício	2	5
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços	681	121

As remunerações totais dos membros da Diretoria Executiva da ANSA têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e são apresentadas a seguir:

	Diretoria Executiva	
	2025	**2024**
Salários e benefícios	3.889	451
Encargos sociais	391	131
Remuneração total	**4.280**	**582**
Número de membros	3	3
Número de membros remunerados	3	3

Em 16 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária aprovou, para o período de abril de 2025 a março de 2026, dentro do limite autorizado pela SEST (Ofício SEI nº 305/2023/MGI) a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva) no valor de R$ 6.991, a remuneração global do Conselho Fiscal no valor de R$ 419 e considerando os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

A remuneração média anual dos membros do Conselho Fiscal da ANSA, no exercício de 2025, foi de R$ 99 (R$ 119, considerando os encargos sociais). No exercício de 2024, a remuneração foi de R$ 15 (R$ 18, considerando os encargos sociais).

INTERNA

12. Tributos

12.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

Balanço Patrimonial

	31.12.2025		31.12.2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Correntes	4.272	-	10.700	-
Diferidos	-	1.066	64.135	-
Total	**4.272**	**1.066**	**74.835**	**-**
Circulante	4.272	-	-	-
Não circulante	-	1.066	74.835	-

Demonstração de Resultado

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos tributos	(354.109)	338.339
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	120.397	(115.035)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições/exclusões permanentes, líquidas	(538)	(2.653)
Ajustes de provisões	(28.326)	216.713
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(156.837)	(35.019)
Outros	103	129
Tributos sobre o lucro	**(65.201)**	**64.135**
Diferidos	(65.201)	64.135
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	18%	19%

A ANSA e sua Controladora Petrobras celebraram, em 28 de março de 2024, contrato de cessão de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, no montante de R$ 264.574, utilizados pela Petrobras para pagamento de débitos federais declarados no programa de autorregularização incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, instituída pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Em 27 de junho de 2024, foi celebrado pela Companhia e Petrobras, um novo contrato de cessão de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, no montante de R$ 329.819, utilizados pela Petrobras no âmbito da adesão ao Edital de Transação PGFN-RFB 6/2024. Essas operações foram realizadas pelo valor de R$ 1,00 (Um Real) cada, uma vez que, nas datas de suas efetivações, não havia evidências de disponibilidades de lucro tributável suficiente para utilização futura desses créditos fiscais pela ANSA.

Em 31 de dezembro de 2025, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R$ 540.785 e R$ 543.342 (em 31 de dezembro de 2024, R$ 188.263 e R$ 189.659, respectivamente).

INTERNA

12.1.1. Correntes

Tributos sobre o lucro – a recuperar

	Circulante	Não circulante
	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social	4.272	10.700
Total	**4.272**	**10.700**

Os tributos sobre o lucro são créditos fiscais resultantes do imposto de renda e contribuição social retidos, que foram objeto de pedidos de restituição junto à Secretaria da Receita Federal e são atualizados mensalmente pela taxa SELIC. A redução deve-se à utilização pela compensação com tributos a recolher.

12.1.2. Diferidos

	2025	2024
Saldo inicial	**64.135**	-
Reconhecido no resultado	(65.201)	64.135
Saldo final	**(1.066)**	**64.135**
Tributos sobre o lucro diferidos - ativos	-	64.928
Tributos sobre o lucro diferidos - passivos	(1.066)	(793)

Considerando a ausência de histórico de resultados positivos, a administração da ANSA optou por não reconhecer contabilmente o ativo fiscal diferido.

Prática contábil

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro tributável de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes ao final do período que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Tributos sobre o lucro correntes

Os tributos sobre o lucro correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

b) Tributos diferidos sobre o lucro

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas previstas na legislação específica de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

Esse reconhecimento refere-se a todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

INTERNA

Os tributos sobre o lucro são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

12.2. Impostos e contribuições

12.2.1. Impostos e contribuições – a recuperar

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ICMS	5.011	-	191.751	196.912
PIS/COFINS	8.522	-	94.434	66.130
Subtotal	13.533	-	286.185	263.042
Provisão para perdas - PIS/COFINS	-	-	-	(12.318)
Subtotal	-	-	-	(12.318)
Total	**13.533**	**-**	**286.185**	**250.724**

A Companhia, em razão da hibernação da planta industrial e consequente paralisação das atividades mercantis geradoras de débitos dos tributos, mantinha registrada provisão para perdas sobre os créditos de ICMS, PIS e COFINS originados nas aquisições de insumos de produção e de imobilizado. Em 30 de junho de 2024, após as análises de recuperabilidade de créditos fiscais, em função da retomada das operações da fábrica de fertilizantes (vide nota explicativa 1.2), foi revertida provisão de perda do ICMS, no montante de R$ 196.978. Em relação aos créditos de PIS e COFINS, em 30 de junho de 2025, houve reversão da provisão para perda (R$ 3.029), em face do fim da prescrição dos créditos e à retomada das operações da ANSA.

A Companhia mantém no Ativo não Circulante R$ 14.383 (R$ 53.812 em 31 de dezembro de 2024), que representa o saldo dos créditos de PIS e COFINS com pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil - RFB, atualizados pela variação da SELIC. Em dezembro de 2025, a RFB restituiu créditos no montante de R$ 44.397.

12.2.2. Impostos e contribuições – a recolher

	Passivo Circulante	
	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda retido de terceiros	1.667	571
Outros impostos e contribuições retidos	1.659	121
Total	**3.326**	**692**

12.3. Reforma Tributária

A Emenda Constitucional 132/2023 instituiu a Reforma Tributária (Reforma) sobre o consumo, promovendo a substituição de cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por um novo modelo composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de âmbito federal, e pelo Imposto Seletivo (IS). O IBS e a CBS apresentam as principais características de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como base ampla de incidência, não cumulatividade, não compõe a própria base de cálculo (cobrança por fora), legislação uniforme, isenção para exportações e incidência sobre importações.

A implementação da Reforma teve início em 1 de janeiro de 2026, com a aplicação de alíquotas-teste do IBS e da CBS. Em 2027, está prevista a implantação integral da CBS, a extinção do PIS e da COFINS e o possível início da cobrança do IS. Entre 2029 e 2032, haverá redução gradual das alíquotas de ICMS e ISS, enquanto a do IBS será progressivamente ampliada, até a extinção total de ICMS e ISS em 2033, consolidando o novo sistema tributário sobre o consumo.

INTERNA

No que se refere aos créditos fiscais de PIS COFINS e ICMS registrados no ativo em 31 de dezembro de 2025, a companhia avalia que esses créditos permanecem válidos, conforme dispositivos constitucionais do período de transição, não havendo previsão de extinção ou impedimento à sua recuperação em decorrência da Reforma.

Apesar dos avanços da Reforma, ainda permanecem incertezas relevantes quanto à definição das alíquotas dos novos tributos, à regulamentação de regimes especiais para determinados setores, à operacionalização dos créditos tributários, à implementação de mecanismos como o *split payment* e à edição de regras complementares para setores regulados, o que impede a realização de uma estimativa confiável dos impactos da Reforma.

Em razão dessas incertezas, os impactos da Reforma somente serão conhecidos após o processo de regulamentação dos temas que ainda carecem de definição. Consequentemente, não há qualquer efeito dessas mudanças nas demonstrações financeiras da ANSA em 31 de dezembro de 2025.

13. Retenções contratuais

A Companhia retém um percentual dos valores dos serviços prestados para pagamento ao final dos respectivos contratos, após o cumprimento das condições estabelecidas. Em 31 de dezembro de 2025, as Retenções contratuais atingiram R$ 29.188 (sendo R$ 28.788, no passivo circulante e R$ 400, no não circulante). Em 31 de dezembro de 2024, atingiram R$ 561 (sendo R$ 219, no passivo circulante e R$ 342, no não circulante).

14. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Companhia em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, rescisórios e outros benefícios.

14.1. Benefícios de Curto Prazo

Passivo circulante	31.12.2025	31.12.2024
Provisão de férias e 13º salário	4.796	2.986
Salários, encargos e outras provisões	910	1.133
Provisão para abono a empregados	6.466	2.130
Total	**12.172**	**6.249**

A Companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

Custeio/despesas na demonstração de resultado (i)	2025	2024
Salários, férias, 13º salário e outros	83.276	19.806
Abono a empregados	6.466	2.130
Total	**89.742**	**21.936**

(i) Os honorários e encargos dos Diretores estão apresentados na nota explicativa 11.2.

INTERNA

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital subscrito e integralizado nos valores de R$ 1.786.512 e R$ 636.512, está representado por 1.786.512.181 e 636.512.181 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, respectivamente.

Aumento de Capital

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias- "AGE" a seguir, a controladora Petrobras aprovou aumento do capital social nos respectivos montantes e emissões de ações ordinárias, correspondentes aos valores recebidos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), totalizando R$ 1.150.000 no exercício de 2025:

. AGE de 26/03/2025 – R$ 62.000 (62.000.000 de ações – AFAC 24/01/2025);

. AGE de 30/04/2025 – R$ 145.000 (145.000.000 de ações – AFAC 22/04/2025);

. AGE de 04/06/2025 – R$ 302.000 (302.000.000 de ações – AFAC 23/05/2025);

. AGE de 16/07/2025 – R$ 335.000 (335.000.000 de ações – AFAC 11/07/2025);

. AGE de 30/09/2025 – R$ 167.000 (167.000.000 de ações – AFAC 30/09/2025);

.AGE de 15/12/2025 – R$ 139.000 (139.000.000 de ações – AFAC 24/11/2025).

15.2. Outros resultados abrangentes

Até 2021, a Companhia patrocinava planos pensão e de assistência médica para seus funcionários, os quais foram plenamente liquidados em 2022. Os ganhos e perdas apurados anualmente pela remensuração desses planos de benefícios foram registrados, até 2022, em Outros resultados abrangentes.

15.3. Resultado por ação

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	(419.310)	402.474
Quantidade de ações	1.157.534.098	2.436.718.057
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação (R$ por ação)	(0,362)	0,165

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da ANSA não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

16. Receita de vendas

16.1. Receita de vendas de contratos com clientes

A receita da Companhia está totalmente concentrada na realização de industrialização, transformação de Ureia em Arla-32, por encomenda. A contratante da industrialização por encomenda, pagará, à ANSA, uma tarifa de processamento e se encarregará da colocação dos produtos no mercado.

INTERNA

	2025	2024
Receita bruta de serviços	2.310	-
ICMS	(277)	-
PIS	(34)	-
COFINS	(154)	-
Total	**1.845**	**-**

16.2. Obrigações de desempenho restantes

A Companhia possui contratos de vendas de produtos ou serviços assinados até 31 de dezembro de 2025, com prazos superiores a um ano, onde há estabelecida uma quantidade de bens ou serviços para vendas no próximo exercício com seus respectivos termos de pagamento.

A seguir estão apresentados os valores remanescentes desses contratos ao final de 2025, tendo como base suas quantidades de bens e serviços para vendas futuras, bem como preços na data base em 31 de dezembro de 2025 ou praticados em vendas recentes quando esses refletirem a informação mais diretamente observável:

	Expectativa de realização em até 1 ano	Expectativa de realização após 1 ano	Total dos contratos
Mercado interno			
Serviços e outros	853.297	2.236.872	3.090.169
Total	**853.297**	**2.236.872**	**3.090.169**

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os produtos e serviços distintos prometidos em cada um deles.

As receitas de vendas são reconhecidas quando o controle é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre quando o serviço é prestado. Neste momento, a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho.

São consideradas obrigações de desempenho as promessas de transferir ao cliente: (i) produto ou serviço (ou grupo de produtos ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de produtos ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca das transferências dos produtos ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos com clientes, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercado.

Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. As vendas são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

INTERNA

17. Custo e despesas por natureza

17.1. Custo dos serviços prestados

	2025	2024
Materiais	(181)	-
Gastos com pessoal	(155)	-
Serviços de terceiros	(247)	-
Depreciação	(17)	-
Outros	(5)	-
Total	**(605)**	**-**

17.2. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Gastos com pessoal	(6.318)	(592)
Serviços jurídicos	(139)	(40)
Contencioso (custas com processos judiciais)	(9)	(49)
Compartilhamento de custos e despesas - CCCD	(6.822)	-
Outros	72	-
Total	**(13.216)**	**(681)**

18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Equipamentos fora de operação (i)	(247.867)	(15.807)
Gastos com contrato de compartilhamento de custos e despesas - CCCD	-	(6.631)
Gastos com pessoal	(90.172)	(19.806)
Depreciação	(20.155)	(13.876)
Receitas eventuais	4.943	16
Multas contratuais aplicadas a fornecedores	1.388	-
Perdas com processos judiciais	(12.804)	(9.986)
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	(6.624)	(2.026)
Provisão para perdas de crédito esperadas - PCE	251	(588)
Baixa de materiais inservíveis	(2.655)	(1.761)
Baixa de créditos fiscais	(758)	-
Baixa de imobilizado	(278)	(142)
Multas contratuais	(19.858)	-
Provisão para abono a empregados	(6.466)	(2.130)
Reversão de provisão para ajuste de estoques	279	-
Outras	(233)	70
Total	**(401.009)**	**(72.667)**

(i) Refere-se a gastos gerais relativos a equipamentos fora de operação, em função de não ter ocorrido o início da produção em 2025.

INTERNA

19. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras	**22.225**	**9.860**
Receita com recebíveis de ativos financeiros - FIDC	15.978	7.947
Juros recebidos de clientes	514	1.090
Juros sobre depósitos judiciais	911	823
Descontos obtidos	726	-
Receita com aplicações financeiras	4.096	-
Despesas financeiras	**(242)**	**(8)**
Encargos de mora sobre obrigações	(242)	(8)
Variações monetárias, líquidas	**3.557**	**4.722**
Atualização monetária sobre créditos fiscais	5.480	4.722
Atualização monetária sobre retenção contratual	(680)	(4)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais perdas	(1.243)	4
Total	**25.540**	**14.574**

20. Processos judiciais e contingências

20.1. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Trabalhistas	9.561	2.937
Cíveis	5	5
Total	**9.566**	**2.942**

	2025	2024
Saldo inicial	2.942	917
Adições, líquidas de reversão	7.508	6.703
Baixas	(932)	(4.678)
Atualização	48	-
Saldo final	**9.566**	**2.942**

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2025, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

20.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perdas dos processos:

INTERNA

Ativo não circulante	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	3.515	8.789
Total	**3.515**	**8.789**

	2025	2024
Saldo inicial	8.789	4.957
Adição, líquido de reversão	7.102	3.565
Baixas (i)	(12.044)	(196)
Atualização financeira	(332)	463
Saldo final	**3.515**	**8.789**

(i) As baixas referem-se a depósitos judiciais considerados não recuperáveis pelos assessores jurídicos da Companhia.

20.3. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Os processos judiciais e administrativos, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	24.345	23.557
Fiscais	42.768	34.893
Cíveis	9.318	9.697
Total	**76.431**	**68.147**

20.3.1. Composição dos processos judiciais e administrativos não provisionados

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

INTERNA

Descrição dos processos de natureza trabalhista		Estimativa
	31.12.2025	31.12.2024
Autor: SINDIQUÍMICA		
1) Outros processos relacionados à RMNR	-	1.974
Situação atual: O Supremo Tribunal Federal (STF), acolhendo recurso da Petrobras, reconheceu em março de 2024 que a fórmula de cálculo utilizada pela Companhia é válida e está conforme o negociado entre as partes, revertendo a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que havia estabelecido critério diverso e firmado entendimento parcialmente contrário à Companhia. Como existiam várias ações judiciais em diversas fases processuais, a empresa acompanha a tramitação dos respectivos processos e promove os ajustes necessários nos valores e expectativas desse contencioso de acordo com as decisões que aplicam o precedente do STF.		
2) Outros processos trabalhistas diversos.	15.745	9.677
Situação atual: Processos, em sua maioria, em segunda instância.		
Autor: Pessoas físicas diversas		
1) Outros processos trabalhistas de diversos autores.	8.600	11.906
Situação atual: Processos, em sua maioria, em segunda instância.		
Total de processos de natureza trabalhista	**24.345**	**23.557**

Descrição dos processos de natureza cível e fiscal		Estimativa
	31.12.2025	31.12.2024
Autor: Prefeitura do Município de Araucária:		
1) Autos de Infração, lavrados pela Prefeitura do Município de Araucária, referente à cobrança de ISS. Situação atual: Em fase administrativa.	42.768	34.893
Autor: Diversos		
1) Outros processos de diversos autores.	9.318	9.697
Situação atual: Processos em primeira instância		
Total de processos de natureza fiscal e cível	**52.086**	**44.590**

Prática contábil

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram ser mais provável que ocorra uma obrigação presente do que não e as demais condições para o reconhecimento de uma provisão sejam atendidas, incluindo o desembolso de caixa futuro.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.2.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

20.4. Processos judiciais sob responsabilidade de terceiros

O Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA) celebrado, em 2013, por ocasião da compra da totalidade das ações da Companhia que pertenciam à Vale Internacional pela Petrobras, definiu que as ações judiciais de competência anterior à data da aquisição seriam de responsabilidade da parte vendedora, cabendo a essa o direito de defesa e a obrigação de desembolso em caso de perdas judiciais. Esse CCVA também estabelece que eventuais desembolsos (custas judiciais, seguros garantias, etc) que venham ocorrer pela compradora serão indenizados pela vendedora.

INTERNA

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

21.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2025 e 2024 não foram identificados derivativos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	85.907	59
Contas a receber, líquidas	228	-
Contas a receber - FIDC	-	42.877
Ativo circulante	**86.135**	**42.936**
Depósitos judiciais	3.515	8.789
Ativo não circulante	**3.515**	**8.789**
Total do ativo	**89.650**	**51.725**
Passivo		
Fornecedores	164.409	11.009
Retenções contratuais	28.788	219
Outras contas e despesas a pagar	1.950	263
Passivo circulante	**195.147**	**11.491**
Não circulante		
Retenções contratuais	400	342
Total do passivo	**195.547**	**11.833**

21.1.1. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

21.2. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

INTERNA

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

21.2.1. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

21.2.2. Risco de liquidez

A Companhia utilizou seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro necessárias na manutenção da planta hibernada e atualmente utiliza com os gastos de capital relativos aos investimentos necessários à retomada das atividades. Essas condições são atendidas, essencialmente, com recursos de aplicações financeiras, aportes da Controladora e restituição de impostos. Estas origens de recursos tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

21.2.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para sua controladora Petrobras.

22. Eventos Subsequentes

Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

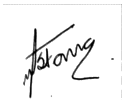
Em 15 de janeiro de 2026, a Petrobras fez um adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, no montante de R$ 50.000.

Adiantamento contratual

Em 13 de fevereiro de 2026, a Petrobras, com base no contrato de industrialização firmado com a ANSA, efetuou um adiantamento contratual, no montante de R$ 148.057.

INTERNA

Diretoria Executiva



MARCELO DOS SANTOS FARIA
Diretor Presidente Interino e Diretor Industrial

Valter Alberto Gomes
Valter Alberto Gomes (6 de março de 2026 08:12:00 GMT-3)
VALTER ALBERTO GOMES
Diretor Financeiro

Guilherme L. C. Klingelfus
Guilherme L. C. Klingelfus (6 de março de 2026 08:50:53 GMT-3)
GUILHERME LUIZ DE CARVALHO KLINGELFUS
Diretor Corporativo

Eduardo Seixas
Eduardo Seixas (5 de março de 2026 17:24:03 GMT-3)
EDUARDO SEIXAS
Contador
CRC-RJ- 087.203/O-6

INTERNA

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - Exercício Social 2025

Ao Conselho de Administração da
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e aos
Conselhos de Administração e Diretorias Executivas
das Sociedades do Conglomerado Petrobras

Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado ou Comitê) é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (Petrobras ou Companhia), sendo regido pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras, especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei nº 13.303/2016) e pelo Decreto nº 8.945/2016, de 27 de dezembro de 2016 (Decreto nº 8.945/2016) e demais disposições contidas em seu Regimento Interno (Regimento).

O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras naqueles temas que requerem manifestação do Conselho de Administração da holding, bem como assessorar os Conselhos de Administração, quando houver, as Assembleias de Acionistas ou as Diretorias Executivas das Sociedades do Conglomerado Petrobras, representadas pelo conjunto de subsidiárias da Petrobras, entendidas como empresas estatais sediadas no país cuja maioria das ações com direito a voto pertence, direta ou indiretamente, à Companhia.

O CAE Conglomerado atua, no âmbito principalmente, na análise e supervisão: (i) da qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) da efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e dos Auditores Internos; (iv) do gerenciamento de riscos; (v) das transações com partes relacionadas; (vi) dos cálculos e resultados atuariais dos planos e benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS); e (vii) da adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

Em 2025, as seguintes sociedades faziam parte do escopo de atuação do CAE Conglomerado: (i) Baixada Santista Energia S.A. (BSE); (ii) Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO); (iii) Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (PB-LOG); (iv) Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P); (v) Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA); (vi) Termobahia S.A. (TERMOBAHIA); e (vii) Termomacaé S.A. (TERMOMACAÉ).

Insta informar que em 27 de novembro de 2025, a PB-LOG tornou-se subsidiária da Petrobras Transporte S.A (Transpetro) e passou a compartilhar o Comitê de Auditoria Estatutário da nova controladora, deixando de fazer parte do escopo de atuação do CAE Conglomerado.

Durante o exercício de 2025, o Comitê foi presidido pelo Membro Externo Fabio Veras de Souza, que ocupa a presidência desde 01/06/2023.

O CAE Conglomerado atualmente é composto por 5 (cinco) membros designados pelo Conselho de Administração, sendo eles: (i) Membro Externo e Presidente do Comitê Fabio Veras de Souza; (ii) Conselheiro de Administração Aloisio Macário Ferreira de Souza; (iii) Conselheiro de Administração Jerônimo Antunes; (iv) Membro Externo Eugênio Tiago Chagas Cordeiro e Teixeira; e (v) Gustavo Amarante Gabriel.

O presente relatório retrata as atividades desempenhadas pelo Comitê no período de 1º-1-2025 até 31-12-2025.

INTERNA

Resumo das atividades no Ano de 2025

No período de 22 de janeiro de 2025 (primeira reunião ordinária) a 9 de dezembro de 2025 (última reunião ordinária), o CAE Conglomerado realizou 28 reuniões, que representaram uma duração aproximada de 43 horas. Foram apreciadas 160 pautas[1] e emitidas 69 Manifestações, todas diligenciadas dentro do prazo estabelecido para atendimento, resultando em 241 páginas de registros, conforme ilustrado a seguir:

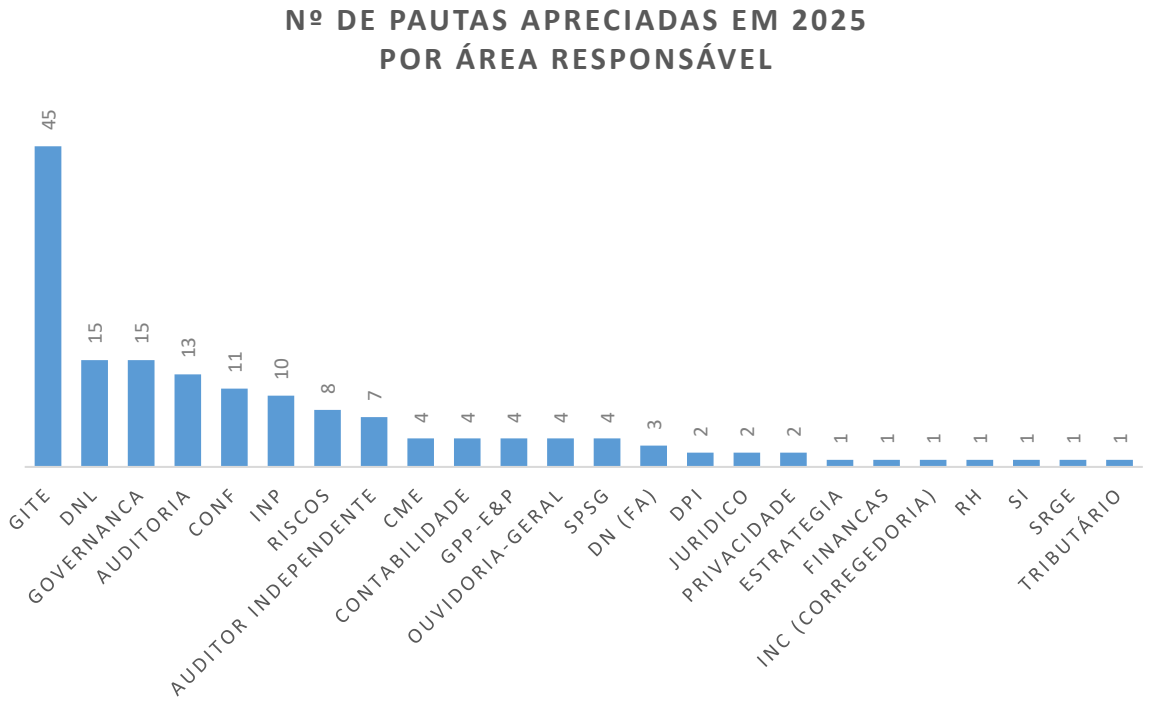


Figura 1: Distribuição das pautas apreciadas pelo CAE Conglomerado, no período, por área responsável[2]

As pautas examinadas pelo CAE Conglomerado contemplaram (i) manifestações feitas pelo próprio Comitê, visando o exercício de suas atribuições; (ii) matérias definidas em seu Calendário Anual de Pautas Fixas; (iii) propostas submetidas ao Conselho de Administração ou aos órgãos da sociedade do Conglomerado, que ensejaram a prévia manifestação ou conhecimento do Comitê; (iv) além de assuntos encaminhados por diferentes áreas da Companhia para ciência do Comitê, distribuídas conforme indicado na Figura 2, abaixo.

[1] Em 2025, além do número de pautas aqui mencionado, o CAE Conglomerado também deliberou sobre 30 temas internos do Comitê. Esses assuntos incluíram definição de datas de reuniões, aprovação de atas, orientações gerais, elaboração do relatório anual de atividades, organização do Calendário de Pautas Fixas, programação de visitas técnicas e a elaboração do reporte trimestral das atividades do CAE Conglomerado para o CAE.

[2] Siglas das Unidades Responsáveis: Comercialização no Mercado Externo (CME), Gestão de Parcerias e Processos de E&P (GPP-E&P), Desenvolvimento de Negócios (DN) que teve seu nome alterado para Fusões e Aquisições (FA) em 1-10-2025, Diretoria Executiva de Processos Industriais e Produtos (DPI), Supervisão de Planos de Previdência, Operações e Gestão Financeira de Seguros e Garantias (SPSG), Estratégia e Planejamento (ESTRATÉGIA), Integridade Corporativa (INC), incorporada em 27-6-2025 à Corregedoria-Geral (CORREGEDORIA), Recursos Humanos (RH), Segurança da Informação (SI) e Sistemas de Superfície, Refino, Gás e Energia (SRGE).

INTERNA

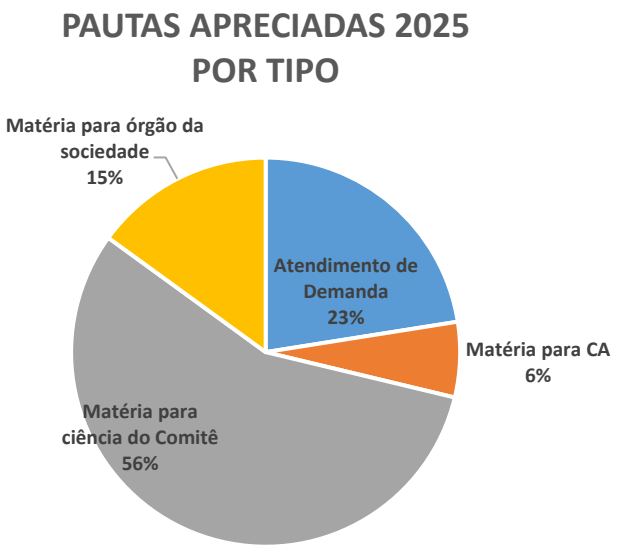


Figura 2: Distribuição das pautas apreciadas pelo CAE Conglomerado, no período, por tipo

O gráfico abaixo (Figura 3) apresenta a distribuição das pautas analisadas pelo CAE Conglomerado ao longo do período, segmentadas por assunto e tipo de pauta. Os principais temas, aqui listados, serão abordados em detalhes posteriormente, no item 4 deste relatório.

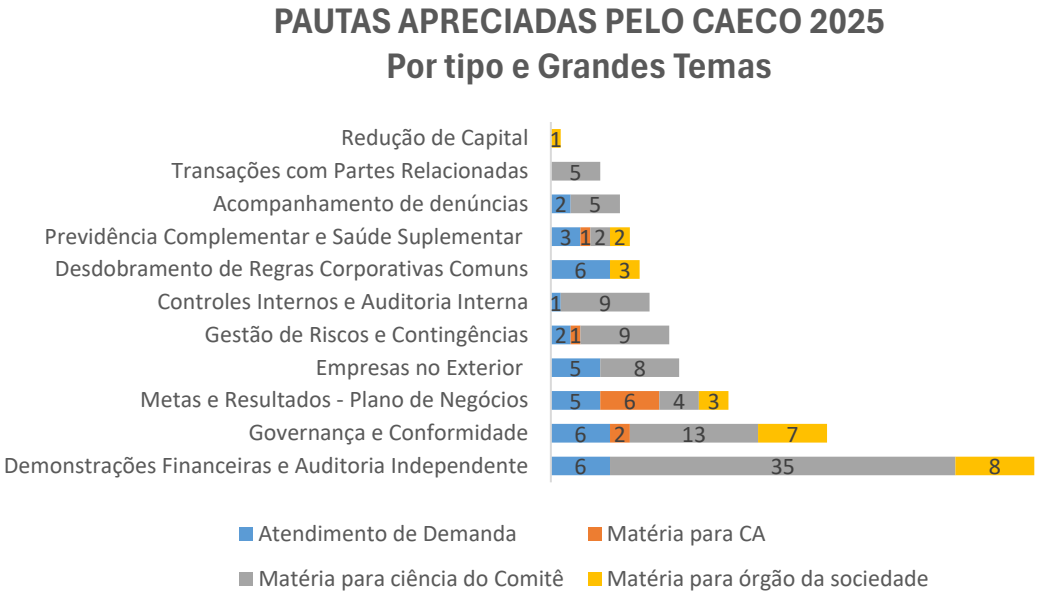


Figura 3: Distribuição das pautas apreciadas pelo CAE Conglomerado, no período, por tipo e grande temas

Nesse período, o CAE Conglomerado emitiu 69 Manifestações, o que representa uma média de 2,5 manifestações por reunião. As manifestações podem ser solicitações, orientações e sugestões, conforme definidas no padrão de funcionamento do Comitê:

- As solicitações são aquelas em que as unidades responsáveis deverão retornar ao Comitê, conforme prazo definido ou para acompanhamento periódico, como *follow-up*;

- As orientações são aquelas que o Comitê espera que sejam seguidas pelas unidades responsáveis, sem retorno obrigatório ao Comitê, e, geralmente, estão relacionadas aos assuntos encaminhados;

- As sugestões são aquelas emitidas para as unidades responsáveis, que irão realizar uma avaliação de pertinência e oportunidade de acolhimento.

A distribuição 69 Manifestações emitidas, em 2025, pelo CAE Conglomerado pode ser visualizada na figura a seguir:

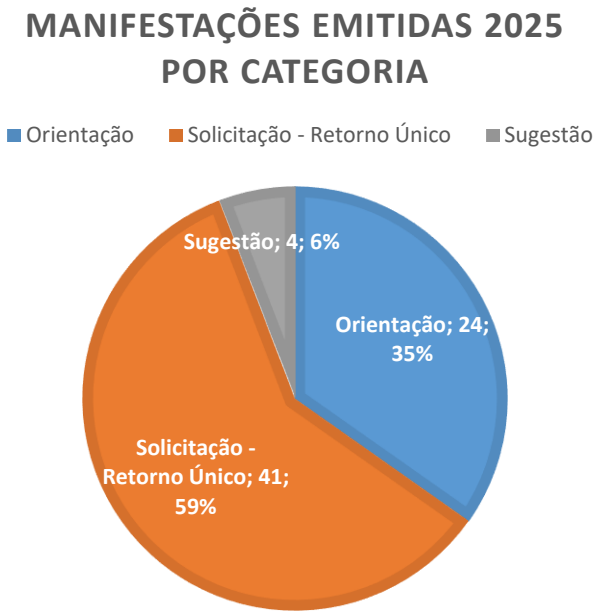


Figura 5: Representatividade dos tipos de manifestações emitidas pelo CAE Conglomerado em 2025

Ao longo do período, foram diligenciadas 52 Solicitações do Comitê, tendo sido 42 atendidas em 2025, sendo que 11 originaram-se em 2024. Das 10 solicitações que permaneceram em atendimento no período, 2 foram canceladas e 8 encontram-se dentro do prazo de atendimento, previsto para 2026 (Figura 6).

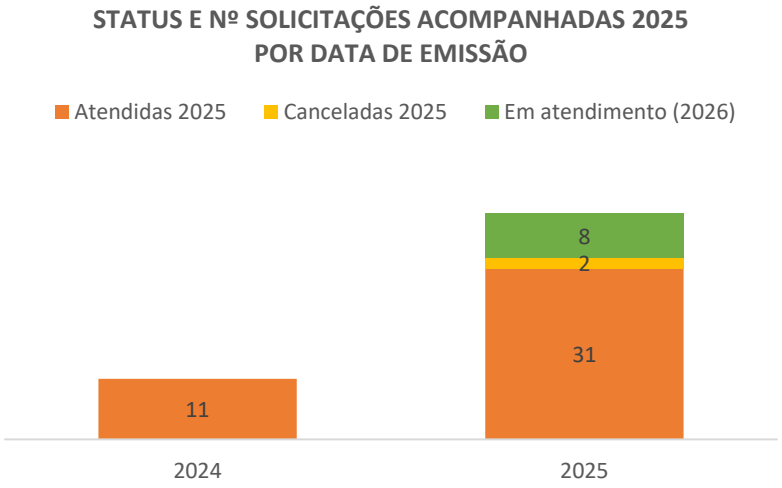


Figura 6: Situação do Diligenciamento das Solicitações do CAE Conglomerado em 2025, por data de emissão

A Figura 7, a seguir, indica a distribuição das 52 Solicitações do CAE Conglomerado acompanhadas no período, por unidade técnica da *holding* responsável.

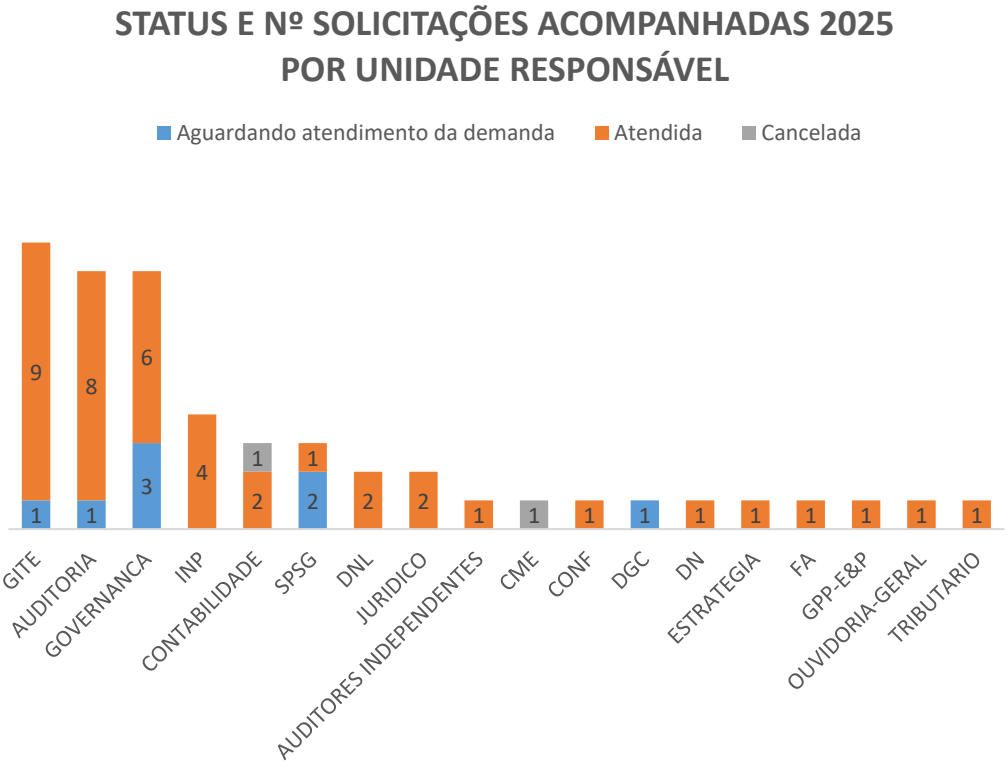


Figura 7: Situação do Diligenciamento das Solicitações do CAE Conglomerado em 2025, por unidade responsável

Dentre as atividades realizadas no exercício, destacam-se as seguintes:

Demonstrações Financeiras e Auditoria Independente

- Supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, mediante reuniões periódicas com os administradores e auditores independentes;

Governança e Conformidade

- Reporte trimestral da Ouvidoria-Geral sobre as denúncias das denúncias de incidentes de conformidade de muito alto e alto risco;
- Apreciação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2025 (ano base 2024);
- Acompanhamento anual da Matriz de Riscos de Conformidade e reportes trimestrais de atividades de Governança, Conformidade e Privacidade referente ao exercício de 2025;
- Supervisão das indicações de Administradores (Conselheiros de Administração e Diretores) e de Conselheiros Fiscais nas sociedades do CAE Conglomerado;

Metas e Resultados – Planos de Negócios

- Análise do cumprimento das Metas e Resultados referentes ao Plano de Negócios de 2024, bem como acompanhamento contínuo da evolução da visão estratégica de futuro das Sociedades do Conglomerado.

Empresas no Exterior

- Acompanhamento sistemático das empresas do Sistema Petrobras sediadas no exterior;

Gestão de Riscos e Contingências

- Apreciação do Relatório Integrado de Atividades de Gestão de Riscos 2024, além do acompanhamento da evolução da Matriz de Riscos Empresariais (riscos altos e muito altos) das sociedades;

Controles Internos e Auditoria Interna

- Avaliação, aprovação e acompanhamento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna 2025, assim como análises dos pontos de atenção relevantes (muito alto, alto e médio riscos) e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como o monitoramento de providências saneadoras adotadas pela Administração;

Desdobramento de Regras Corporativas Comuns

INTERNA

- Monitoramento dos indicadores de adoção das Regras Corporativas Comuns (RCC) para 2025, visando garantir alinhamento e conformidade entre as empresas

Previdência Complementar e Saúde Suplementar

- Avaliação do Relatório Anual de Supervisão da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros – Exercício 2024, Revisão Anual das Premissas Atuariais CVM 2025 Petrobras e acompanhamento da Governança e a Política de Investimentos da Fundação Petros;

Transações com Partes Relacionadas

- Análises do relatório trimestral das transações com partes relacionadas das Sociedades do Conglomerado;

Visitas Técnicas

- Visitas às instalações da Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), à Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA), ao Complexo Boaventura, à Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), ao Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES), com o objetivo de observar in loco a operação e o cotidiano das unidades, e obter uma visão mais clara dos processos. Essas ações aproximaram o Comitê das equipes, facilitando o diálogo sobre melhorias e desafios operacionais.

Conclusões e recomendações aos Conselhos de Administração ou Diretorias Executivas das Sociedades do Conglomerado

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, concluíram que:

(i) os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;

(ii) a Auditoria Independente é efetiva e não foram reportadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

(iii) a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração das Sociedades do Conglomerado; e

(iv) os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais, bem como o resultado dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS) são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado.

INTERNA

Neste contexto, como resultado de todo esse trabalho de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, o CAE Conglomerado declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estando todos os fatos relevantes adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras das Sociedades do Conglomerado Petrobras auditadas.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2026.

Fábio Veras de Souza
Membro Externo e Presidente do
CAE Conglomerado Petrobras

Jerônimo Antunes
Conselheiro de Administração da Petrobras e
Membro do CAE Conglomerado Petrobras

Aloiso Macário Ferreira de Souza
Conselheiro de Administração da Petrobras e
Membro do CAE do Conglomerado Petrobras

Eugênio Tiago Chagas Cordeiro e Teixeira
Membro Externo do CAE Conglomerado Petrobras

Gustavo Amarante Gabriel
Membro Externo do CAE do Conglomerado Petrobras

INTERNA